

# Fins de semana de trabalho para apressar reforma

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – Para aprovar a emenda paralela à reforma da Previdência antes do Natal, os líderes aliados e os de oposição fecharam acordo ontem para que o Senado faça sessões plenárias aos sábados e domingos este mês. Pelo novo calendário, divulgado ontem pelo líder do PT e relator da reforma da Previdência, Tião Viana (AC), a emenda paralela será votada em primeiro turno pelo plenário dia 14, que é um domingo. O segundo turno será dia 22.

“O que importa é cumprir os prazos”, disse Viana. O líder do PFL, José Agripino Maia (RN), discorda: “Não vou criar dificuldades, mas acho que essa solução de trabalhar aos fins de semana para contar prazo é desnecessária. Ainda não examinamos os prazos, mas evidentemente que a votação da emenda paralela em primeiro turno não será num domingo.” A emenda paralela contém pontos negociados pelos senadores com o governo para alterar a reforma da Previdência e beneficiar os servidores públicos.

**Principal** – O texto principal da reforma deve ser votado em segundo turno dia 17, uma semana depois da votação da reforma tributária pelo plenário. A oposição e o PMDB querem que o primeiro turno da emenda paralela ocorra antes da votação final do texto principal da reforma da Previdência.

Para garantir o quórum de cinco senadores para o funcionamento do plenário, os líderes dos partidos governistas estão convocando senadores para ficar em Brasília e dar presença nas sessões de hoje e amanhã. “Cada líder de bancada vai assegurar a presença de seus senadores”, disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

A liderança do PT divulgou ontem o nome dos que estarão presentes hoje e amanhã às sessões. Além de Tião Viana, são Patrícia Gomes (CE) e Mozarildo Cavalcanti (RR), do PPS, Eurípedes Camargo (DF) e Paulo Paim (RS), do PT, e Geraldo Mesquita (PSB-AC), Pedro Simon (PMDB-RS) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

Os senadores terão de trabalhar aos fins de semana porque o PDT não concordou em suprimir os prazos previstos no regimento da Casa para que a proposta fosse votada em rito sumário. A emenda paralela foi aprovada por unanimidade anteontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).